

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Concurso Público



Cargo 28:
Consultor Técnico Legislativo
Categoria: Pedagogo

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 24/1/2006, a partir das 17 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- II 25 a 27/1/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 14/2/2006 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- IV 15 a 21/2/2006 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 14/3/2006 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a entrega de títulos: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

UnBCESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- As siglas seguintes, quando usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; TJDFT = Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; STJ = Superior Tribunal de Justiça; STF = Supremo Tribunal Federal.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 7.

1 Sabe o leitor o que lhe trago aqui? Uma pérola. (...)

2 Pesquei-a agora mesmo na costa da Câmara Municipal.

3 Gosto daqueles mares, às vezes tempestuosos, às vezes banzeiros,

4 mas sempre fecundos. Dizem que há um plano de fazer desaguar ali

5 os rios Maranhão e Caiapó, contra todas as induções de geografia, e

6 a despeito das leis da hidráulica. Contanto que me não tirem as

7 pérolas.

8 Vamos à que acabo de colher. Todos os anos, em se

9 aproximando o entrudo, a Câmara manda correr um edital que o

10 proíbe, citando a postura e apontando as penas. Até aqui a ostra;

11 agora a pérola. Este ano a Câmara fez saber duas coisas: primeiro,

12 que a postura está em seu inteiro vigor; segundo, que deve ser

13 cumprida *literalmente*. Sim, meu senhor, *literalmente*; deve ser

14 cumprida *literalmente*.

15 (...)

16 Isto em trocos miúdos, quer dizer: Meus filhos, olhem que

17 agora é sério. Estou cansada de publicar editais que nem mesmo os

18 ingleses vêem. Não, não pode ser. Canso-me em dizer que atirar água

19 é um delito, encrespo as sobranceiras, pego na vara de marmeleiro,

20 e é o mesmo que se caísse um carro. Nada, agora é sério. Hão de

21 cumprir literalmente a postura, ou vai tudo raso.

22 Entretanto, a coisa é menos fácil do que parece. A postura

23 impõe multa aos que jogam entrudo, e, não podendo o infrator pagar

24 a multa, sofrerá “dois a oito dias de prisão”; sendo escravo, porém,

25 sofrerá “dois a oito dias de cadeia”. Como encaminhar literalmente

26 esses dois infratores, um para a prisão, outro para a cadeia? Se não

27 fosse a condição da literalidade, eu, no caso dos urbanos, mandava-os

28 ambos para o xilindró, que é um meio-termo; mas devendo ser literal,

29 não saberia que fazer.

30 (...)

31 Mas o que o leitor não suspeita é que não lhe dou esta

32 pérola, e assim castigo a incredulidade com que me recebeu. Vou

33 restituí-la à matrona municipal. Ela a porá ao colo, nos três dias de

34 entrudo, para assistir ao baile dos limões-de-cheiro, que promete ser

35 esplêndido, tão esplêndido que ela acabará por dançar com os outros.

36 Se assim acontecer, que fará a Câmara nos anos seguintes?

37 Terá de recorrer a outros advérbios, *ferrenhamente*, *implacavelmente*,

38 *terrivelmente*, e sempre inutilmente, porque nestas coisas, amiga

39 minha, ou se trata de um recreio popular, e é preciso fazer como

40 aquele chefe de polícia, que o trocou por outro; — ou se trata de

41 eleições, e então, antes de dar um advérbio à execução das leis, é

42 melhor dar-nos o sentimento da legalidade, que está muito por baixo.

43 E depois, pode ser que o povo imagine que o direito de fazer

44 entrudo, como o de expor ossos de defunto nas vitrinas, é

45 constitucional. Se assim for, creia a Câmara que ele há de defendê-lo,

46 a todo custo, considerando que, se hoje lhe tirasse o de jogar água,

47 amanhã pode tirar-lhe o de profanar ossos nas vitrinas da Rua do

48 Ouvidor. Premissa traz conseqüência; liberdade morta, liberdade

49 moribunda. Ou mais derramadamente: as liberdades dependem tanto

umas das outras, que o dia da morte de uma é a véspera da morte de

outra. Vá lá em vinte palavras o que estava em duas.

Machado de Assis. *Crônicas — Balas de estalo*. In: *Obra Completa* — volume III. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 438-9.

Em relação às idéias e estruturas lingüísticas do texto, julgue os itens que se seguem.

- 1 No segundo parágrafo, a cadeia metafórica composta em relação a “costa”, “mares” e “pérolas” tem o efeito de sentido de ironia no que se refere ao funcionamento da Câmara Municipal.
- 2 No parágrafo às linhas de 16 a 21, por meio de recurso de personificação, o autor dá voz à Câmara Municipal.
- 3 A oração iniciada por “não podendo” (l.23) tem valor concessivo.
- 4 O autor do texto discute a idéia de que a interpretação literal da norma exigiria que os termos “prisão” e “cadeia” fossem compreendidos com significados diferentes, o que poderia provocar dúvidas na imposição de pena aos infratores.
- 5 Pelos sentidos do texto, a expressão “matrona municipal” (l.33) indica tratamento cerimonioso e respeitoso em relação à instituição a que se refere.
- 6 Em “defendê-lo” (l.45), o pronome “-lo” refere-se a “povo” (l.43).
- 7 Em “liberdade morta, liberdade moribunda” (l.48-49), a vírgula pode ser substituída, sem prejuízo para a correção gramatical e para a informação do período, pela expressão **significa, imediatamente a seguir, outra**.

1 O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e
discriminações, especialmente contra as comunidades
indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que
4 não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou
uma obra de resistência e construção nacional admirável.
Construiu, ao longo do século, uma nação plural,
7 diversificada, contraditória até, mas que se estende de uma
ponta a outra do território. Dos encantados da Amazônia aos
orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba
10 do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco
mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja.
Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São
13 Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e
da região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma
língua, partilha os mesmos valores fundamentais, sente-se
16 brasileira.

Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram,
dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e
19 árabes conversam sem medo, onde, toda migração é bem-
vinda, porque sabemos que, em pouco tempo, pela nossa
própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada
22 migrante se transforma em mais um brasileiro.

Luis Inácio Lula da Silva. Discurso de Posse.

Com referência aos sentidos e às estruturas lingüísticas do texto
acima, julgue os itens seguintes.

- 8 A expressão “é grande” (l.1) restringe-se à extensão territorial do Brasil.
- 9 A inserção de **Essa nação vai dos** no lugar de “Dos”, antes de “encantados da Amazônia” (l.8), prejudica a correção gramatical do período e altera o significado original da informação.
- 10 Antes de “Onde a mestiçagem” (l.17), subentende-se a repetição da expressão “Esta é uma nação”, que inicia o período antecedente.
- 11 Os sinais de ponto-e-vírgula às linhas de 9 a 11 podem, sem prejuízo para a correção gramatical do período, ser substituídos por vírgulas.
- 12 Estaria gramaticalmente correta, à linha 14, a redação **região Centro-Oeste, esta é uma nação....**

1 O Estado democrático estabelece o direito, a fim
de que o limite da liberdade de cada um seja a liberdade dos
outros. O Brasil livrou-se da tutela do arbítrio e não aceita
4 a tutela da coação, nem o intimidam facções ou grupos.

A liberdade implica o compromisso de fortalecer
o poder político contra a insegurança de abalos
7 institucionais. Ouvir a todos e conviver com todos, sem
discriminação. Tolerância não significa concordância.(...)

A liberdade não se esgota na vontade institucional.
10 Ela tem de ser capaz de gerar direitos sociais, para ser a
liberdade que não permita a morte pela fome, pelas
doenças, pela insegurança das cidades e pela ausência de
13 trabalho. Enfim, a liberdade é a vida; é uma perspectiva de
vida feliz.

Mas o exercício da liberdade tem de ser integral.
16 Indissociáveis são as liberdades política, econômica e
social. Todos sabem que, onde morreu a liberdade
econômica ou existe a servidão social, a liberdade política
19 não existe. Querer a liberdade política sem garantir o poder
criador competitivo da iniciativa privada é não conhecer
a realidade da História. Querer liberdade econômica,
22 convivendo com a injustiça social e com a miséria, é admitir
uma sociedade de privilégios que termina na violência e no
silêncio das ideologias.

José Sarney. Discurso de Posse.

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 13 A expressão “a fim de que” (l.1-2) pode, sem prejuízo para a correção gramatical e para o sentido original do período, ser substituída por qualquer uma das seguintes: **para que, com o objetivo de que, conquanto que.**
- 14 Em “nem o intimidam” (l.4), “o” é pronome que se refere ao antecedente “arbítrio” (l.3).
- 15 Em “implica o compromisso” (l.5), a substituição de “o” por **com** mantém a correção gramatical e a informação original do período.
- 16 Imediatamente antes da palavra “Tolerância” (l.8), pela relação que a oração estabelece com o período anterior, caberia o emprego da conjunção **Entretanto**, seguida de vírgula e letra minúscula.
- 17 O trecho “ser integral. Indissociáveis são as liberdades” (l.15-16) admite, sem prejuízo para a correção gramatical do texto, a seguinte reescrita: ser integral, uma vez que são indissociáveis as liberdades.
- 18 As vírgulas logo após “que” (l.17) e “social” (l.18) justificam-se por isolar oração subordinada adjetiva restritiva deslocada de sua posição na ordem direta.
- 19 A substituição de “convivendo” (l.22) por **já que se convive** mantém a correção gramatical e o sentido original do período.
- 20 A linguagem do primeiro parágrafo do texto é inadequada para a redação de correspondências oficiais em razão de sua subjetividade.

Acerca da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis do DF, julgue os seguintes itens.

- 21 Procedimento legislativo é o conjunto de atos pré-ordenados que objetivam a formação das leis mediante a colaboração entre os poderes do DF.
- 22 O procedimento legislativo, disciplinado pelo Regimento Interno da CLDF, pode ser ordinário, sumário ou especial.
- 23 No âmbito do Poder Legislativo do DF, denomina-se lei complementar aquela que disciplina matéria que a LODF determina como seu objeto, e resolução, a lei que disciplina, com efeito externo, matéria de competência privativa da CLDF.
- 24 A iniciativa comum pode ser exercida pelo governador do DF, por qualquer membro ou órgão da CLDF e pelos cidadãos.

No que se refere ao Regimento Interno da CLDF, julgue os próximos itens.

- 25 A denominação Câmara Legislativa decorre da fusão dos nomes atribuídos às casas legislativas dos municípios e dos estados-membros da Federação, respectivamente.
- 26 As sessões legislativas ordinárias têm a duração de nove meses e meio e são divididas em dois períodos, sendo o primeiro iniciado em 1.º de fevereiro e o segundo, em 1.º de agosto.
- 27 Na sessão legislativa extraordinária, a CLDF somente deliberará sobre a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- 28 Cabe à Mesa Diretora organizar a relação dos deputados distritais, que deverá ser concluída após a sessão de posse.
- 29 A criação das regiões administrativas do DF ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria simples dos deputados distritais, e sua extinção dar-se-á mediante maioria absoluta.
- 30 Os conselhos de representantes comunitários funcionam junto às administrações regionais como órgãos deliberativos, consultivos e fiscalizadores dos atos de gestão dos administradores.

Quanto à Constituição Federal e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

- 31 O Brasil adota uma Constituição de tipo rígido e formal, de maneira que as únicas normas de nível constitucional, no país, são a própria Constituição e as emendas constitucionais regularmente aprovadas pelo Congresso Nacional.
- 32 Os direitos e garantias fundamentais integram a proteção constitucional mais importante dirigida aos indivíduos, aos grupos e, em certos casos, até às pessoas jurídicas; apesar disso, esses direitos não têm caráter absoluto, portanto podem sofrer limitações.

Julgue os itens a seguir, acerca da organização do Estado e do Poder Legislativo.

- 33 Em relação ao DF, é correto afirmar que, embora ele possua as competências reservadas aos estados-membros, não pode ser dividido em municípios; ele é regido por lei orgânica votada em dois turnos por sua Câmara Legislativa, com intervalo mínimo de dez dias entre as votações.
- 34 Uma das mais importantes formas de atuação do Poder Legislativo consiste nas comissões parlamentares de inquérito que se destinam a investigar possíveis atos ilícitos, os quais devem ser determinados para se permitir a instauração válida da comissão. Essas comissões devem funcionar por prazo certo e têm poderes de investigação semelhantes aos das autoridades judiciárias, muito embora determinadas medidas somente possam ser decretadas pelo Poder Judiciário, como é o caso da prisão preventiva.

Em relação à tributação e às finanças públicas, julgue os itens seguintes.

- 35 No que tange à repartição das competências tributárias, a competência para instituir taxa será da pessoa jurídica de direito público que preste serviço de qualquer natureza ao qual a taxa esteja associada, ou que exerça poder de polícia do qual a taxa decorra.
- 36 Em virtude do princípio constitucional da legalidade, apenas a lei em sentido formal, isto é, aquela aprovada pelo Poder Legislativo após o devido processo, pode criar ou majorar tributos; em consequência, o Poder Executivo não pode fazê-lo por meio de medida provisória.
- 37 É privativa da União a competência para emitir moeda, a qual é exercida pela Casa da Moeda do Brasil.

Julgue os itens que se seguem, a respeito da LODF e da organização do DF.

- 38 De acordo com a LODF, um dos objetivos prioritários do DF consiste em preservar o conjunto urbanístico de Brasília, de suas cidades-satélites e do chamado Entorno do DF, de maneira a se preservar sua identidade, adequando-se as exigências do desenvolvimento à defesa de sua memória, de sua tradição e de suas peculiaridades.
- 39 Se, em determinado ano, um anteprojeto de lei for rejeitado pela CLDF, a matéria dele constante poderá ser reapresentada a esse órgão na mesma sessão legislativa, desde que a maioria absoluta dos membros da casa assim proponha; por outro lado, se o veto do Poder Executivo a um projeto de lei for derrubado pela CLDF, o projeto poderá vir a ser promulgado pelo próprio presidente da Câmara, caso o governador não o faça dentro de certo prazo.
- 40 Um indivíduo não-nascido no Brasil não pode ser eleito governador do DF, à luz das disposições da LODF.

No atinente aos atos administrativos, ao controle da administração pública, aos contratos administrativos e aos agentes administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 41 Para, pelo menos, parte da doutrina especializada, não obstante o dever de legalidade da administração pública, esta pode, em casos excepcionais e observadas certas condições, deixar de declarar a invalidade de um ato administrativo, quando constatar e justificar cabalmente que a anulação causará mais mal que a manutenção do ato.
- 42 Uma das modalidades mais relevantes de controle da administração pública é o realizado por ela própria, o qual decorre do poder de autotutela dos entes e órgãos públicos; esse controle interno fundamenta-se no princípio da legalidade e pode ser tanto realizado de ofício quanto mediante provocação do interessado; pode, ainda, ser preventivo, concomitante ou posterior.
- 43 Devido à presunção de validade dos atos da administração pública e à formalidade a eles inerente, os contratos administrativos concernentes a direitos reais sobre imóveis não precisam ser lavrados em serviço notarial.
- 44 A atuação de particulares em colaboração com o poder público pode ocorrer até independentemente de remuneração, bem como em situações nas quais a remuneração não é paga pelo ente público, mas por pessoas jurídicas de direito privado.

Julgue os itens a seguir, no que tange aos poderes e princípios básicos da administração e aos serviços públicos.

- 45 O poder regulamentar é a única maneira pela qual se exerce a função normativa do Poder Executivo.
- 46 Por força do princípio do devido processo legal, a administração deve sempre comunicar ao interessado qualquer decisão que lhe afete a propriedade ou a liberdade; essa comunicação deve ser feita, em regra, previamente à prática do ato, mas poderá ser posterior, em situações excepcionais.
- 47 De acordo com Celso Antônio Bandeira de Mello, o princípio da adaptabilidade implica a atualização e a modernização dos serviços públicos, ainda que isso ocorra apenas em função das possibilidades materiais do poder público.

Referentemente à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 8.666/1993), à Lei n.º 8.112/1990, da União, na forma consolidada pelo Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, e à Lei de Permissões e Concessões, julgue os itens seguintes.

- 48 As sociedades de economia mista e empresas públicas exploradoras de atividade econômica não estão obrigadas a licitar.
- 49 Nos termos do Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, que consolidou a aplicação, no DF, da Lei n.º 8.112/1990, da União, a responsabilidade do servidor do DF pelo cometimento de ilícito pode ser, de modo cumulativo, de natureza cível, penal e administrativa, e de modo relativamente independente; no caso de o agente público cometer ato sujeito à pena de demissão, esta pode ser aplicada ainda que o servidor não tenha sofrido sanção anterior.
- 50 Uma das características essenciais das concessões e permissões de serviços públicos consiste em que a remuneração do prestador do serviço se faz, necessariamente, mediante a cobrança de tarifa dos usuários, de maneira a não onerar o Estado pela prestação da atividade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Tendo como referência a Constituição da República, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — Lei n.º 9.394/1996 — e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), julgue os itens a seguir.

- 51 De acordo com a LDB, a avaliação da educação infantil será feita mediante acompanhamento e realização de provas com o objetivo de promover o educando ao ensino fundamental.
- 52 A LDB estabelece como objetivos do ensino fundamental a formação básica para todos os alunos e a preparação para o exercício da cidadania, proporcionando-lhes meios para progredir no mundo do trabalho, bem como despertar interesse para continuar os estudos posteriores.
- 53 Em consonância com legislação educacional vigente, na oferta da educação básica à população rural, os sistemas de ensino promoverão adaptações necessárias, especialmente em relação a conteúdos curriculares, metodologias, organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às condições climáticas e à natureza do trabalho rural.
- 54 A LDB vigente assegura o direito à família de matricular todos os seus filhos que estão na faixa escolar (de 7 a 14 anos de idade), cursando o ensino fundamental, em escolas próximas à sua residência, independentemente da existência de vagas.
- 55 A LDB consolidou e ampliou o dever do Estado para com a educação geral e, em particular, para com o ensino fundamental, uma vez que assegurou a todos os cidadãos brasileiros o direito à educação, inclusive àqueles que não tiveram oportunidades de aprender na idade apropriada.
- 56 Os PCN, ao mesmo tempo que buscam garantir o respeito às diversidades regionais, culturais e políticas presentes no país, por meio de adaptações que integram as diferentes dimensões da prática educativa, buscam também contribuir para a construção da unidade do fenômeno educativo em todas as regiões brasileiras.
- 57 Os PCN são um conjunto de documentos que têm a função de orientar e garantir a coerência do sistema educacional brasileiro entre todos os profissionais da educação das diversas localidades brasileiras.
- 58 A LDB reafirmou o princípio da autonomia da escola brasileira, uma vez que a identidade da escola é processo outorgado legalmente.
- 59 Os PCN orientam a proposta de estruturação por seriação no ensino fundamental, tendo em vista que os professores já acumularam experiências suficientemente positivas com essa organização de currículo.
- 60 A progressão continuada, proposta pela LDB vigente, tem objetivos semelhantes à promoção automática instituída nos anos 50-60 do século passado, no Brasil.
- 61 Fundamentados na LDB, os sistemas de ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverão programas de ensino e pesquisa que garantam que a educação ofertada aos povos indígenas brasileiros seja em língua materna nacional.
- 62 De acordo com as bases legais, o aluno, ao final do ensino médio, deve demonstrar domínio dos princípios científicos e tecnológicos, conhecimento das formas contemporâneas de linguagem e domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

Acerca do projeto político-pedagógico da escola, sua concepção, seus princípios e eixos norteadores, e em relação à gestão educacional decorrente do projeto político-pedagógico, julgue os itens subseqüentes.

- 63** Na construção do projeto político-pedagógico emancipador, relações de interdependência e reciprocidade entre teoria e prática fundem-se em um único pólo.
- 64** Atualmente, o plano da escola é concebido como projeto político-pedagógico. Projeto, por ser um desdobramento de um plano; político, por contemplar decisões de órgãos responsáveis pela educação; e pedagógico, por envolver ações educacionais.

Uma pedagoga, no início do ano letivo, recebeu a incumbência de coordenar a elaboração do projeto político-pedagógico de sua escola (ensino médio) com base na legislação vigente. Na semana pedagógica, marcou a primeira reunião com todos os profissionais da escola para planejar a elaboração do projeto. Nesse encontro, foram definidas as diversas etapas do processo. Inicialmente, reunião com todos os membros da comunidade escolar para realizar reflexão sobre a comunidade na qual a escola está inserida, suas necessidades e seus anseios, valores das famílias e dos alunos, as funções da educação escolar, a finalidade e os problemas vivenciados pela escola. Em seguida, a construção dos dados necessários: conhecimento da realidade, com a identificação de anseios, necessidades, motivações dos alunos, das famílias e da comunidade local. Posteriormente, a mobilização de alunos, famílias e representantes da comunidade local que não haviam comparecido à primeira reunião para elaboração do projeto e construção do documento propriamente. Por último, a reunião para a aprovação do documento por todos os participantes. Após esse planejamento, a equipe começou a colocar em prática o trabalho. Durante dois meses, a equipe escolar trabalhou nesse projeto ininterruptamente.

Diante da situação hipotética relatada, julgue os próximos itens.

- 65** A proposta de construção do projeto político-pedagógico descrito segue princípios formulados pelos PCN.
- 66** A elaboração do planejamento do projeto pela pedagoga constitui construção criativa, ao prever, na primeira reunião, o envolvimento de todos os profissionais da escola.
- 67** Os PCN orientam a construção do projeto político-pedagógico em tempo menor para que seja mantida a motivação dos participantes.
- 68** A elaboração e o desenvolvimento do projeto político-pedagógico pressupõem a gestão democrática por parte da escola, por incentivarem a participação de professores e do pessoal de apoio da escola.
- 69** A avaliação do projeto político-pedagógico deve ser uma prática contínua, que propicia ajustes necessários e garante sucesso escolar como princípio e compromisso social.

Ainda com relação a situação hipotética anterior, julgue os itens seguintes.

- 70** A escola atenta à qualidade de ensino prevê, em seu projeto político-pedagógico, formas de adesão da família à escola com a finalidade de continuar o processo de desenvolvimento de atitudes positivas de seus filhos em relação ao aprender e ao estudar.
- 71** Na elaboração do projeto político-pedagógico, as escolas de ensino fundamental devem priorizar a dimensão do futuro, uma vez que sua tarefa primordial é a de preparar as crianças para a vida adulta.
- 72** As tomadas de decisão quando da elaboração do projeto político-pedagógico da escola devem privilegiar o coletivo e não os segmentos da instituição.

Considerando as relações entre educação e treinamento de recursos humanos, tipos e modalidades de educação e treinamento; a educação a distância; a pedagogia e a andragogia, bem como a gestão do conhecimento, julgue os itens que se seguem.

- 73** Treinamento pode ser visto como uma ação organizacional planejada com o objetivo de tornar o indivíduo mais apto no desempenho de suas funções atuais ou futuras.
- 74** Atualmente, a capacitação profissional é vista como ação mais reduzida que o treinamento.
- 75** Identificação da necessidade de treinamento, planejamento, execução e avaliação são elementos que compõem o sistema de treinamento tradicional proposto pelo departamento de recursos humanos.
- 76** Atualmente, no Brasil, com o advento das mudanças tecnológicas, a área de treinamento, educação e desenvolvimento tem perdido sua importância junto às organizações.
- 77** No Brasil, por sua extensa dimensão, a educação a distância traz grandes vantagens em relação à educação presencial, pois garante o acesso à escolarização aos sujeitos em todas as modalidades e em todos os níveis de ensino da educação básica.
- 78** Os sistemas e as metodologias utilizados pelos recursos humanos da gestão estratégica são relacionados às exigências legais, ao pagamento de salários e aos benefícios.
- 79** Planejamento, política e atividades de gestão de recursos humanos associados às estratégias de negócios e aos funcionários como recursos vitais para a organização são pressupostos defendidos pela gestão estratégica de recursos humanos.

No que se refere aos aspectos pedagógicos e técnico-didáticos do treinamento — metodologia de ensino, conceituação, tipos e modalidades, técnicas e instrumentos de avaliação do desempenho didático e avaliação de aprendizagem —, julgue os itens seguintes.

- 80** Com base na concepção do conhecimento empirista, a avaliação de aprendizagem significa valorizar a auto-avaliação e julgar o crescimento e o desenvolvimento de cada aluno.
- 81** A maneira de pensar a formação humana é alterada devido a fatores como: a organização da produção industrial, o modelo do Estado e das relações econômicas estabelecidas mundialmente.

Em uma escola do ensino médio, professores se reuniram para planejar a avaliação do processo ensino-aprendizagem como parte integrante da nova proposta pedagógica, que até então era restrita à realização, pelos alunos, de provas e testes, elaborados isolada e individualmente pelos professores.

O coordenador pedagógico lançou a idéia de que a nova proposta de avaliação da aprendizagem deveria estar ancorada com a LDB vigente, voltada para a formação do cidadão com inserção social crítica. Com isso, a avaliação não poderia ser realizada apenas por meio de provas, tendo de incluir outros procedimentos que possibilitassem avaliar o que o aluno aprendeu ou não, bem como comprometer os alunos com o processo de aprendizagem, por meio do instrumento de auto-avaliação.

Diante da explanação, a professora de língua portuguesa pediu a palavra e disse que não estava entendendo muito bem a colocação da coordenadora, mas conseguiu compreender que a preocupação da escola agora era não reprovar os alunos. Disse, ainda: “se eu não tiver mais como reprovar, como vou conseguir que meus alunos se interessem por português, participem das atividades, leiam livros literários e façam as tarefas, se eles é que vão se auto-avaliar? Com certeza eles não vão se reprovar.”

Considerando a situação acima descrita, julgue os itens que se seguem.

- 82** Na situação descrita, a professora de língua portuguesa explicitou, em seu depoimento, o sentimento da perda do poder docente.
- 83** O depoimento da professora em questão expressa reações de medo, insegurança e resistência à mudança na cultura da avaliação.
- 84** A auto-avaliação pode ser um dos instrumentos utilizados para a avaliação da aprendizagem com alunos do ensino médio.
- 85** O instrumento utilizado para avaliar habilidades (capacidade de argumentação, visão crítica e criatividade) se mostra adequado.

No que se refere a liderança e relações humanas no trabalho, em particular tipos de liderança, mecanismos de participação, normas e formas organizativas facilitadoras da integração grupal, julgue os próximos itens.

- 86** No modelo situacional ou contingencial, a liderança é fenômeno ligado concomitantemente ao líder, aos seguidores e à situação.
- 87** O líder autoritário exerce seu papel como uma fonte de informação, manifesta-se quando é solicitado pelo grupo e dispõe de ampla liberdade para decidir e estabelecer objetivos.
- 88** De acordo com as teorias dos traços, os sujeitos podem desenvolver atitudes requeridas para atuar como líderes.
- 89** Para o taylorismo, o estilo de líder democrático é o mais eficaz para atuar como gerente, pois estimula a relação humana e a produtividade.
- 90** Comportamento orientado para a tarefa e comportamento orientado para a relação são categorias associadas à liderança propostas pela abordagem comportamental.
- 91** A teoria weberiana é bastante utilizada, ainda hoje, para se compreenderem as relações humanas no mundo do trabalho, uma vez que, em suas experiências práticas, identificou três tipos de autoridades de líderes: formal, persuasiva e cooperativa.
- 92** As abordagens mais recentes afirmam que a liderança está presente em todo e qualquer grupo social, tendo em vista que os atributos associados a esse fenômeno são universais.
- 93** Os estudos atuais mostram que o ato de liderar está fundamentado na abordagem da transação e da transformação.
- 94** A partir da década de 80 do século passado, são considerados atributos de liderança: competência pessoal e profissional, energia, capacidade de comunicação, inteligência e visão de futuro.

Com relação ao planejamento participativo — concepção, construção, acompanhamento e avaliação —, julgue os itens a seguir.

- 95** Na construção do planejamento participativo da escola, a metodologia que usa estratégias normativas e definidas tem sido bastante aceita, haja vista que os professores não têm muito tempo, mas estão imbuídos de autonomia para tomar decisões.
- 96** Os problemas a que se refere o planejamento participativo devem ser extremamente estruturados pelo coordenador, com explicações claras e objetivas, e as soluções devem ser indicadas para aprovação do grupo mais amplo.
- 97** O conhecimento, as experiências de vida e a consciência política de cada indivíduo devem ser respeitados na construção do planejamento participativo.
- 98** Previsões certas, objetivos delineados por setores, metas únicas e previsão de controle das ações são características do planejamento participativo.
- 99** A avaliação perde sua importância no processo de execução do planejamento participativo, uma vez que todos aprovam e tomam coletivamente as decisões.

Considerando a comunicação e a interlocução entre os participantes no processo de planejamento, mediante constituição de equipes, encontros e avaliações sistemáticas, capacitação de pessoal para o planejamento, constituição de grupos de estudo, aplicação de critérios na distribuição de tarefas, articulação com outros grupos sociais, com o currículo e com a construção do conhecimento, julgue os itens subseqüentes.

- 100** O tempo, o agrupamento e a atitude dos alunos nos trabalhos em grupo, a resolução de conflitos e o cuidado físico requerem a intervenção do professor mais intensamente nas séries iniciais da escolarização.
- 101** Para os PCN, o respeito à integração, à diversidade, à cooperação e ao desenvolvimento da autonomia dos profissionais de ensino é muito importante para a dinâmica do trabalho na construção do conhecimento.
- 102** Apesar das potencialidades de um grupo, podem surgir conflitos entre os participantes durante a organização do trabalho pedagógico em sala de aula. Diante de situações como essa, independentemente do nível de conflito, a melhor estratégia para preparar os alunos é o professor dissolver o grupo.
- 103** Os PCN sugerem a organização do currículo para o ensino fundamental em dois ciclos. O primeiro corresponde ao da 1.^a à 4.^a série e o segundo, ao da 5.^a à 8.^a série, buscando-se evitar a fragmentação dos saberes e facilitar a apropriação do conhecimento pelos estudantes.
- 104** Toda e qualquer organização interessada em implantar prática de natureza participativa deve promover o diálogo como esforço de aproximação.
- 105** Instrumento de compreensão do mundo, de transformação social, o currículo da escola emancipadora deve abranger o conhecimento como processo de construção permanente, interdisciplinar e contextualizado, resultado da ação individual e coletiva dos sujeitos envolvidos.

Com base na aprendizagem organizacional, julgue os itens que se seguem.

- 106** Entender como a organização aprende e como usa essa aprendizagem são objetos de interesse da pesquisa em aprendizagem organizacional.
- 107** Para garantir resultados mais positivos, cabe à aprendizagem organizacional despertar o funcionário para a necessidade de concentrar-se especificamente em sua função.
- 108** As organizações que demonstram interesse de se tornarem mais flexíveis e criativas passam a reconhecer, no processo de aprendizagem, um meio de desenvolver a competência dos funcionários, habilitando-os a enfrentar melhor os momentos de turbulências e incertezas do mercado.
- 109** Para ampliar e manter o nível de competitividade da organização, a empresa deve priorizar a oferta de cursos demandados pelo interesse pessoal dos funcionários, independentemente das necessidades laborais da empresa.
- 110** Aprendizagem organizacional, representada por pesquisadores acadêmicos, pode ser vista como um conjunto de processos de aprendizagem individual e coletiva que se desenvolve nas organizações, com base no rigor metodológico e na pesquisa empírica.
- 111** Os estudiosos sobre aprendizagem organizacional afirmam que as pesquisas nessa área têm buscado desenvolver mais a reflexão teórica que a prática.
- 112** Domínio pessoal, desenvolvimento de modelos mentais, formação de visões partilhadas, aprendizagem em grupo e pensamento sistêmico são ações deliberadas e aprendidas que contribuem para o êxito de uma organização.

Acerca das universidades corporativas, julgue os próximos itens.

- 113** A educação ministrada nas universidades corporativas tem como objetivo a formação dos funcionários fundamentada na busca do saber por meio da reflexão, da criação e da crítica.
- 114** Interesse em capacitar seus funcionários, número reduzido de vagas nas universidades públicas convencionais e necessidade de ampliar o ensino privado foram os principais fatores que propiciaram o surgimento das universidades corporativas.
- 115** No Brasil, a educação corporativa tem sido bastante aceita. Com isso, as universidades corporativas já conseguiram autonomia para a certificação de seus cursos.
- 116** O processo de aprendizagem nas universidades corporativas tem como finalidade capacitar os funcionários para enfrentar a competitividade.
- 117** A universidade corporativa é concebida como estratégia de dinamizar o modelo estático e reativo dos treinamentos.
- 118** Desenvolver competências; privilegiar o aprendizado organizacional; concentrar-se nas necessidades dos negócios, sem focar exclusivamente as necessidades individuais; atender ao público interno e externo; transpor o modelo da sala de aula para múltiplas formas de aprendizagem são pressupostos que sustentam a universidade corporativa.
- 119** Universidades corporativas e departamentos de treinamento são organizações similares, uma vez que desenvolvem programas de aprendizagem pró-ativos, centralizados e estratégicos.
- 120** A maioria das universidades corporativas do país fundamenta a aprendizagem em: aprender a aprender; saber pensar; e construir conhecimento, para atender às expectativas das empresas.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
- **ATENÇÃO!** Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

As relações pessoais na escola e a avaliação

Os procedimentos de avaliação são um precioso e imprescindível elemento para conhecer o que o sistema educativo, desde o estabelecimento de políticas públicas até a realidade das classes, pretende e obtém de seus alunos. Discutir e analisar a avaliação é uma das melhores formas de entender o que acontece na escola.

As condições em que o ensino vai ocorrer, os problemas práticos e organizacionais obviamente afetam as intenções expressas nos projetos curriculares dos quais fazem parte o conteúdo a ser ensinado, as modalidades didáticas escolhidas, os recursos de apoio necessários e os processos de avaliação.

No cotidiano escolar, considerando-se a classe como um grupo social, dependendo da concepção de escola, do currículo estabelecido e do estilo do ensino, é possível identificar várias vias de comunicação e relacionamento entre professor e alunos que estão no centro desse conjunto, para os quais devem convergir todas as decisões e atividades do sistema escolar.

Myriam Krasilchik. *As relações pessoais na escola e a avaliação*. In: A. D. Castro e A. M. P. Carvalho (orgs.). *Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001, cap. 9, p. 165-95 (com adaptações).

Considerando que as idéias apresentadas no fragmento de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija texto dissertativo que aborde o tema avaliação do processo ensino-aprendizagem, enfocando necessariamente os aspectos a seguir:

- ▶ conceito de avaliação no processo ensino-aprendizagem;
- ▶ relação professor-aluno diante da avaliação;
- ▶ funções da avaliação;
- ▶ formas de avaliação;
- ▶ avanços na maneira de avaliar o processo de aprendizagem.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	